

ACTA N.º 006/0509

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
CELEBRADA EM QUINZE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E CINCO

UM - INTRODUÇÃO

Aos quinze dias do mês de Dezembro de dois mil e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezoito horas, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal estando presentes, para além do Sr. Presidente, António Manuel Oliveira Rodrigues, o Sr. Vice-Presidente, Pedro Paulo Ramos Ferreira, os Vereadores Srs. Maria Manuela de Melo Pinheiro Antunes, Pedro Lobo Antunes, Mário Folgado Mota, Carlos António Lopes Tomé e Carlos Cordeiro Simões, convocado nos termos do n.º 4 do artº 76º da Lei n.º 169/99, de 18/9, com a sua redacção actual, tendo em vista a substituição do Vereador Sr. Nuno Santos.

De acordo com o preceituado no nº 1 do artº 79º daquele preceito legal, havia sido convocado o cidadão posicionado em segundo lugar na ordem da respectiva lista, Vítor Miguel Frutuoso Antunes, que apresentou uma carta a declarar-se impossibilitado de comparecer nesta reunião, por motivos profissionais.

Aberta a reunião, foram de seguida tratados os assuntos constantes da Ordem do Dia estabelecida pelo Sr. Presidente, ao abrigo do artigo dezoito do Código do Procedimento Administrativo, a qual foi entregue a todos os membros com a antecedência devida e que a seguir se transcreve.-----

DOIS - CORPO DA ACTA

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

Gabinete da Presidência

1. Apreciação e eventual aprovação da proposta das Grandes Opções do Plano para 2006.
2. Apreciação e eventual aprovação da proposta de Orçamento para 2006.

**APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DAS GRANDES
OPÇÕES DO PLANO PARA 2006/2009**

**APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA
DE ORÇAMENTO PARA 2006**

Foram presentes, para apreciação e eventual aprovação, a proposta das Grandes Opções do Plano do Município para 2006/2009 e a proposta do Orçamento do Município para 2006.

A proposta de **Orçamento** apresentada ascende tanto na parte da Receita como na da Despesa a cinquenta e nove milhões oitocentos e noventa e oito mil quatrocentos e oitenta e sete euros e sessenta e três cêntimos, sendo:

- **Receitas Correntes:** vinte e sete milhões trezentos e noventa e cinco mil novecentos e setenta sete euros.

- **Receitas de Capital:** trinta e dois milhões quinhentos e dois mil quinhentos e dez euros e sessenta e três cêntimos.

- **Despesas Correntes:** vinte e três milhões cento e dezanove mil cento e dezanove euros e noventa e três cêntimos.

- **Despesas de Capital:** trinta e seis milhões setecentos e setenta e nove mil trezentos e sessenta e sete euros e setenta cêntimos.

O Plano Plurianual de Investimentos totaliza sessenta e nove milhões trezentos e sessenta e oito mil seiscentos e noventa e nove euros e cinquenta cêntimos e o Plano das Actividades Mais Relevantes da Gestão Autárquica perfaz treze milhões duzentos e vinte e seis mil oitenta e quatro euros e vinte e seis cêntimos.

Deliberação N.º 170 (15/12/2005):

Submetida a proposta das Grandes Opções do Plano do Município para 2006/2009 a votação, foi a mesma aprovada, por maioria absoluta, com cinco votos favoráveis (Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Vereadores Srs. Manuela Pinheiro, Lobo Antunes e Mário Mota), uma abstenção (Vereador Sr. Carlos Simões) e um voto contra (Vereador Sr. Carlos Tomé).

Deliberação N.º 171 (15/12/2005):

Submetida a proposta de Orçamento do Município para 2006 a votação, foi a mesma aprovada, por maioria absoluta, com cinco votos favoráveis (Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Vereadores Srs. Manuela Pinheiro, Lobo Antunes e Mário Mota) e dois votos contra (Vereadores Srs. Carlos Simões e Carlos Tomé).

As propostas ora aprovadas vão ser submetidas à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o previsto na al. c) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1.

Estas deliberações foram aprovadas em minuta, para efeitos imediatos.

O Vereador Sr. Carlos Simões apresentou a seguinte declaração de voto:

“É nosso entendimento que os bens públicos devem ser utilizados na satisfação das necessidades colectivas; o plano de actividades e o orçamento são um espelho qualitativo e quantitativo dessas mesmas intenções.

É também nosso entendimento que quando se gere dinheiros públicos isso deva ser feito atendendo aos critérios de isenção e de rigor.

Com uma conjuntura económica de recessão técnica em que o apanágio é a contenção orçamental, visualizamos que o orçamento em análise apresenta um crescimento das despesas de 6,29%, valor manifestamente acima da inflação prevista.

Em termos de despesas correntes assiste-se a um acréscimo comparativamente ao ano anterior de 13,35%, rubrica essa influenciada pelo crescimento das despesas com pessoal em 6,1% e a aquisição de bens e serviços de 19,82%. De igual forma assiste-se a um crescimento das despesas de capital, facto esse influenciado pela variação positiva de 3,22% na aquisição de bens de capital.

O facto da despesa apresentar continuamente uma evolução positiva, indicia que durante os 10 últimos meses deste ano o passivo titulado do município, ou seja, a dívida de curto prazo e de médio e longo prazo, tenha tido um acréscimo de aproximadamente 7M €, o que nos dá um crescimento percentual de 22,5 %.

Em relação às receitas o orçamento apresenta uma previsão de acréscimo das receitas correntes de 18,4%, influenciadas significativamente pelo acréscimo dos impostos indirectos, nomeadamente na rubrica do loteamento e obras. A título comparativo poderemos destacar que embora a variação de um ano para o outro não seja muito significativa, é de destacar no entanto que os valores realizados até 30.11.2005 nesta mesma rubrica se situam na ordem dos 820.000,00 €, ou seja prever 4.580.000,00 € aproximadamente quando no ano transacto se realizou cerca de 20%, parece-nos pouco realista.

De igual forma se poderiam mencionar mais algumas variações significativas entre o valor orçamentado e o valor realizado até 30.11.2005. Em relação às receitas de capital cujo peso em termos globais apresenta 33%, para além de apresentar de 2005 para 2006 um acréscimo de 24,8%, o curioso de toda esta situação é que no ano corrente a sua percentagem de realização não atingia sequer 1%, ou seja dos 13.856.00,00 € previstos, estavam realizados à data 23.500,00 €.

Assiste-se de ano para ano a uma valorização de terrenos, que usando artifícios contabilísticos, se registam como receitas prováveis, que de ano para ano se tem visualizado que não se verificam.

Utiliza-se uma escrituração criativa, de forma a não evidenciar a realidade que existe de facto.

A título de conclusão poderemos salientar ainda nesta rubrica que as transferências de capital, tiveram um decréscimo de 34,8%, ou seja de valores de 17M € em 2005, passou-se para 11M € em 2006.

Em função do exposto, com receitas sobrevalorizadas e receitas que provavelmente nunca se irão realizar, apresentar um orçamento com um crescimento de despesas de 6,29%, parece-nos desajustado e irrealista.

Desta forma entendemos que o nosso sentido de voto se deve manifestar no sentido de não ser favorável à aprovação deste orçamento.”

O Vereador Sr. Carlos Tomé justificou o seu sentido de voto, nos seguintes termos:

“GRANDES OPÇÕES DO PLANO - 2006 / 2009

As Grandes Opções do Plano (GOP), o Plano de Actividades (PA) e o Orçamento são os documentos de gestão mais importantes para o município, os quais assumem ainda maior relevo no início de um novo mandato autárquico.

As Grandes Opções do Plano são o documento que vai orientar toda a actividade do município para um mandato inteiro. Aqui se devem encontrar os objectivos a atingir no mandato, a estratégia de desenvolvimento para o concelho, a identificação dos sectores mais importantes e das principais apostas do município.

Deveria, por isso, ter havido muito cuidado e atenção na preparação destes documentos, o que, todavia e lamentavelmente, não aconteceu.

A confusão entre os objectivos a atingir, as estratégias a trilhar e acções a executar é total. Existe uma absoluta falta de clareza nos documentos. Diga-se desde logo que não existe qualquer estratégia de desenvolvimento para o concelho definida nas GOP. Escasseiam ideias, faltam apostas sérias, acções palpáveis e obras concretas em sectores fundamentais para o futuro do concelho.

Alguns quadros e elementos constantes das GOP estão completamente desactualizados, outros são parciais, outros perfeitamente desinteressantes ou com omissão de informação relevante para se perceber, por exemplo, a evolução da situação financeira do município, ou dos recursos humanos, ou das despesas correntes, ou da escassez de arrecadação de receitas em algumas rubricas ou do excesso de algumas despesas.

Na sua essência, as GOP são uma autêntica manta de retalhos, com estratégias mal definidas, projectos a esmo, mistura entre sectores de actividade e serviços municipais, confusão entre objectivos, estratégias e acções.

O Presidente da Câmara afirma, na *Introdução* do documento, que as prioridades para o mandato deverão ser o *Ambiente*, a *Educação* e a *Competitividade*, uma vez que deverão ser essas também as prioridades a definir no IV Quadro Comunitário de Apoio. Em primeiro lugar, não é correcto que a Câmara esteja à espera das apostas que podem surgir da Comunidade, pois não deve condicionar ou subordinar a sua estratégia de desenvolvimento do concelho a decisões exteriores. Por outro lado, embora se faça referência na *Introdução* a esses três sectores como sendo as principais apostas do município, tal não se manifesta no conteúdo do documento.

Sobre *Competitividade* – coisa que não se percebe o que seja - nada mais se diz em todo o documento, nem sequer se volta a repetir a expressão, pelo que não se percebe quais são as apostas. Sobre *Educação* percebem-se algumas apostas, mas ao essencial - a implementação da Carta Educativa, com a criação concreta dos Centros Educativos – parece não ser atribuída a importância que o assunto merece.

Quanto ao *Ambiente* as apostas são claramente insuficientes relativamente ao relevo que esta matéria merece tendo em conta as carências e as prioridades no concelho. Mais uma vez está a ser esquecida a necessidade de aposta prioritária no saneamento básico, pelo que é mais do que certo que não vão existir apostas sérias neste sector, durante todo este mandato, o que é bastante grave. Aliás, no âmbito do Ambiente é de realçar a omissão relativamente a aspectos fundamentais, como por exemplo, a poluição do rio Almonda.

Na *Cultura* a confusão é enorme, com a estratégia cultural a ser definida e concretizada pelo Teatro Virgínia, levando a considerar que a intervenção cultural no município se vai reduzir à intervenção do Teatro Virgínia, como se este fosse uma entidade independente do município, o que é errado e inadmissível.

No *Desporto* constam apenas generalidades, o que não devia acontecer num documento desta importância, em que as iniciativas concretas do município deveriam ser imediatamente perceptíveis.

Por outro lado, não se percebe a que título se fazem referências insistentes neste documento ao Teatro Virgínia, ao Palácio dos Desportos e às Piscinas Fernando Cunha, como se fossem sectores ou serviços autónomos do município com capacidade para concretizar políticas ou estratégias, sendo certo que são apenas infraestruturas municipais como quaisquer outras que nem sequer são mencionadas no documento ou merecem semelhante tratamento.

Deveria também ter havido cuidado na adequação entre as GOP e o PA, pois existem apostas que constam de um documento mas são completamente omitidas no outro, como por exemplo o Plano de Desenvolvimento Cultural que não consta do PA. Não existe qualquer relação íntima ou próxima entre um e outro documento, sendo certo que tal deveria acontecer. De salientar que nem sequer a memória descritiva do PA tem qualquer relação com as GOP, o que é incorrecto.

Um documento desta importância deveria ter merecido mais cuidado na sua elaboração e traduzir as estratégias de desenvolvimento para o concelho e as principais apostas da Câmara para este mandato, o que infelizmente não acontece.

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2006

“O Plano de Actividades e o Orçamento para 2006 padecem de vícios graves e persistentes que os tornam irrealistas e descredibilizam a própria gestão municipal.

O Plano é irrealista porque continua a constituir-se essencialmente como um rol das carências do município, sem qualquer estipulação de prioridades, sem qualquer rigor de análise ou de definição de estratégia, por mínima que seja, de desenvolvimento para o concelho. Como é evidente, as obras previstas no Plano só poderão ser concretizadas se houver suporte financeiro real para as mesmas. Ora isso não vai acontecer, como nunca aconteceu nos anos anteriores, porque não existem verbas concretas disponíveis para o efeito, uma vez que as receitas orçamentadas estão elevadas muito para lá dos limites do razoável. O esquema é simples, corriqueiro e sistematicamente utilizado: aumentam-se as receitas do Orçamento até ao inimaginável de forma que sirvam para cobrir todas as obras previstas no Plano. Só que este empolamento das receitas leva à impossibilidade de realização de muitas obras e ao inflacionamento artificial do orçamento, com o conseqüente e inevitável falhanço das previsões orçamentais.

E isto é facilmente verificável pela análise breve dos orçamentos da receita destes últimos anos e das verbas efectivamente arrecadas nos cofres municipais.

ANO	RECEITA ORÇAMENTADA (milhões de €)	RECEITA ARRECADADA (milhões de €)	%
2002	44,212	21,312	46%
2003	45,835	21,898	44,7%
2004	49,787	21,392	42%
2005	56,234	23,035	41%
2006	59,898		

A rubrica responsável por este autêntico falhanço da previsão orçamental, fica a dever-se, como vem sendo hábito desde há vários anos, à rubrica “*Venda de Terrenos*” que é sistematicamente empolada em valores perfeitamente inadmissíveis por tão flagrantemente falaciosos. Aliás, basta olhar para os últimos orçamentos e para as receitas efectivamente arrecadadas nesta rubrica para se perceber a gravidade da situação.

“VENDA DE TERRENOS”

ANO	RECEITA ORÇAMENTADA (milhões de €)	RECEITA ARRECADADA (milhares de €)	%
2002	9,600	27	0,5%
2003	9,649	88	0,9 %
2004	12,848	285	2%
2005	13,827	0	0%
2006	16,128		

De salientar que a rubrica *Venda de Bens de Investimento* constitui 33% do total das receitas de capital, ou seja constitui mais de um terço dessas receitas, pelo que a sua importância é inquestionável.

Acresce que existem outras rubricas onde se observa sistematicamente o empolamento das receitas, como é o caso dos *Impostos Indirectos*, em que estavam previstos 2,836 milhões de euros mas apenas se receberam 809 mil euros, o que significa 28% do previsto ou da *Venda de Habitações* em que se previram 1,951 milhões de euros mas apenas foram recebidos 23 mil euros, o que constitui 1,2% do previsto.

Assim se conclui que, se o Orçamento para 2005 estava exageradamente empolado, tanto mais que do seu valor global de 56,234 apenas se concretizaram 23,035, ou seja 41% do previsto, então o valor previsto para 2006 de 59,898 está empolado seguramente em mais de 30 milhões de euros, o que é perfeitamente inadmissível num documento de gestão desta importância.

Por outro lado, tal como nos anos anteriores, também no próximo ano não será possível concretizar o PA em níveis aceitáveis. Para concluir deste modo basta verificar o nível, inaceitavelmente reduzido, de cumprimento dos PA desde há uma dezena de anos a esta parte. Apenas a título de exemplo, repare-se no PA de 2005 em que o nível de execução se fica apenas pelos 53,7%, o que é uma percentagem extremamente baixa e esclarecedora quanto ao irrealismo que percorre de forma sistemática estes documentos.

Por outro lado, continuam a faltar as apostas sérias no saneamento básico, uma vez que não será ainda realizada qualquer obra de saneamento nas seguintes localidades: Parceiros de Igreja, Àrgea, Pedrógão, Boquilobo, Chancelaria, Outeiro Grande, Assentis, Casais de Igreja, Liteiros, Mata, entre outras.

A situação financeira do município, que nos últimos anos nunca foi considerada grave pela maioria, começa agora a mostrar a sua verdadeira dimensão. A dívida de curto prazo passou de 8,241 milhões de euros em 2004 para 14,491 milhões de euros em 2005, o que significa um

aumento de quase 6 milhões de euros, ou seja um aumento de 56%. Quanto à dívida global, passou de 22,594 milhões de euros em 2004 para 29,747 milhões em 2005 (até Outubro), o que constitui um aumento de pelo menos 31%.

Acresce que as despesas correntes mantêm uma tendência de subida que deveria ser contrariada. Deste modo, se percebe facilmente que a situação financeira do município é bastante preocupante e tem tendência para se agravar, sendo certo que deveriam ser tomadas medidas profundas e coerentes para atacar seriamente os problemas. Mas nem sequer qualquer medida ou estratégia de resolução dos problemas financeiros do município se descortina no Orçamento, o que é profundamente lamentável.

Deste modo, parece que a Câmara pretende continuar na senda dos gastos exagerados e infrutíferos, como se vivêssemos no melhor dos mundos, ignorando totalmente o período de vacas magras que o país atravessa, o que pode constituir uma grave irresponsabilidade.”

O Sr. Presidente e os Vereadores Srs. Pedro Ferreira, Manuela Pinheiro, Lobo Antunes e Mário Mota, apresentaram a seguinte declaração de voto:

“As Grandes Opções do Plano para o próximo Quadriénio 2006 a 2009, é um documento de grande importância política e no qual fizemos convergir aquelas que são para nós as grandes prioridades para esse período da gestão autárquica, nomeadamente a Educação, o Ambiente e Competitividade.

Entrou-se na fase final da vigência do QCAIII, no qual o município torrejano conseguiu a aprovação de candidaturas que no seu todo rondaram os 34 milhões de €uros, obrigando-o a uma comparticipação municipal na ordem de 17 milhões de €uros. Assume-se que o endividamento municipal foi, em grande medida, afectado nos últimos quatro anos por esta verba expressiva, sem a qual não teriam sido possíveis os investimentos levados a efeito e do conhecimento de todos.

Se as Grandes Opções do Plano estão condicionadas a uma natural ausência de referências objectivas e concretas do que será o QCA IV também não é menos verdade que o Orçamento para 2006, está condicionado e muito pelo impacto das obras de vulto levadas a efeito no ano que ora termina, como também, pelo aumento 0 (zero) das transferências da administração central para as autarquias.

Por tudo isto, está também implícito neste orçamento a necessidade de uma maior contenção no investimento e, para além disso, tentar a todos os níveis, a redução possível na despesa. Só com esse esforço seremos capazes de minimizar por um lado, o impacto negativo da ausência de actualização das transferências do Estado e, por outro, preparar com antecedência todo o planeamento de candidaturas ao QCA IV, que deverão assentar em intervenções estratégicas ao nível da educação e do ambiente.

Apesar das dificuldades provenientes dos factores atrás referenciados, a estabilidade da gestão autárquica evidenciada através dos resultados positivos patenteados nos documentos contabilísticos, dão-nos a segurança e garantia, para podermos avançar no próximo ano de 2006, destacando-se entre elas as seguintes:

- a) Centro de Ciência Viva
- b) Recuperação da Estrada 358 no acesso à Lamarosa
- c) Pavimentação dentro de Pedrógão
- d) Duas pontes sobre o Almonda
- e) Recuperação do Edifício da Lezíria
- f) Parque de Estacionamento no Almonda
- g) Pavimentação das Ribeiras
- h) Pavimentação de Outeiro Grande
- i) Pavimentação de Soudos e Vila do Paço

Porque:

- A Grandes Opções do Plano é um trabalho coerente, com estratégia bem clara e objectiva assente em premissas políticas assumidas;
- É um documento com a essência do que se pretende para os próximos quatro anos em perfeita sintonia e articulação entre os vários sectores do município;
- O Orçamento é tecnicamente suportado em expectativas de receitas assentes em índices de realização de 2005, algumas delas francamente positivas, nomeadamente os Impostos Indirectos, Rendimentos de Propriedades, Vendas de Bens e Serviços, entre outras;
- No orçamento foram salvaguardadas as principais pretensões das Juntas de Freguesia;
- Apesar de tudo é um orçamento de contenção e de realismo face às dificuldades que o país atravessa.

Decidiram os autarcas do Partido Socialista votar favoravelmente o mesmo.”-----

O **Sr. Presidente** declarou encerrada a reunião pelas vinte horas, da qual para constar se lavrou a presente acta.

E eu Chefe da Secção de Apoio aos Órgãos
Autárquicos, a redigi, subscrevo e vou assinar juntamente com o Excelentíssimo
Presidente.-----